

# Em seu primeiro ano, Justiça Federal da 6ª Região julga 400 mil casos

14/06/2024

\*Reportagem publicada no *Anuário da Justiça Federal 2024*, lançado no Supremo Tribunal Federal. A versão impressa está à venda na *Livraria ConJur* ([clique aqui](#)). Acesse a versão digital pelo site do *Anuário da Justiça* ([anuario.conjur.com.br](http://anuario.conjur.com.br)).

O ano de 2023 foi o primeiro em que o estado de Minas Gerais trabalhou com total independência da 1ª Região, com sede em Brasília e da qual a 6ª Região se originou em agosto de 2022. Nesses 12 meses, juízes e desembargadores da Justiça Federal em Minas Gerais receberam 400 mil novos processos e conseguiram julgar a mesma quantidade. Em dezembro, o acervo tinha 1.250.745 casos, sensível aumento de 0,6% em relação a 2022.

Detalhadas, as estatísticas da corte mostram que as varas foram as únicas com produtividade maior do que a demanda: julgaram 170 mil processos enquanto a distribuição foi de 117 mil novas ações. São também as unidades da 6ª Região com maior acervo: 537 mil casos em tramitação em dezembro de 2023. Juizados Especiais, turmas recursais e a segunda instância decidiram

## ESTRUTURA

DESEMBARGADORES	18
JUÍZES FEDERAIS	152
SERVIDORES	2.007
SEÇÕES JUDICIÁRIAS	1
SUBSEÇÕES JUDICIÁRIAS	26
VARAS FEDERAIS	64
JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS (JEF)	44
TURMAS RECURSAIS	6
ORÇAMENTO 2024	R\$ 980 milhões

Fonte: TRF-6 em 15/1/2024

6ª Região em números

Processos de Direito Previdenciário representaram 50% de todos os casos julgados. Foram julgados 200 mil novos casos no ano, puxados por pedidos de aposentadoria, auxílio por incapacidade laboral e auxílio assistencial.

Também foram significativos os processos sobre a correção do FGTS, tema de Direito Administrativo que alcançou 10% dos casos novos.



Capa do Anuário da Justiça Federal



A segunda instância da 6ª Região, com sede em Belo Horizonte, é formada por 18 desembargadores, divididos em duas seções, cada uma delas com duas turmas. A 1ª Seção tem competência para julgar temas relacionados à Previdência Social e benefícios assistenciais, além de ações penais, de improbidade administrativa e relativas a servidores e concursos públicos. Na 2ª Seção prevalecem processos de Direito Tributário e Financeiro e questões relacionadas a conselhos profissionais. Julga também temas de Direito Administrativo, Civil e Comercial não previstos na competência da 1ª Seção.

Já a primeira instância é composta de 152 juízes com atuação em 64 varas, 44 JEFs e seis turmas recursais. Em todo o estado de Minas Gerais, existem 26 subseções judiciárias. São dois mil servidores para atender às duas instâncias.

## MOVIMENTO PROCESSUAL

### SEGUNDA INSTÂNCIA

PROCESSOS	2022* (SET-DEZ)	2023
Distribuídos	30.659	51.566
Julgados	3.623	33.107
Acervo	194.796	197.538

### PRIMEIRA INSTÂNCIA

PROCESSOS	2022* (SET-DEZ)	2023
Distribuídos	92.922	348.542
Julgados	80.854	366.120
Acervo	1.048.151	1.053.207

\*Região criada em agosto de 2022 Fonte: TRF-6 em 1/2/2024

*400 mil processos foram distribuídos e julgados pela 6ª Região*



# ESTRUTURA

DESEMBARGADORES

JUIZES FEDERAIS

SERVIDORES

SEÇÕES JUDICIÁRIAS

CIARGERÇÕES INDICIAIS

A presidente do TRF-6, desembargadora Mônica Sifuentes, afirma que a estrutura e o atual quadro de servidores ainda não são suficientes para dar conta dos novos processos distribuídos. Por outro lado, destaca que a criação do tribunal foi positiva no sentido de facilitar o acesso à Justiça.

“Minas Gerais, como é sabido, era responsável por mais de 30% do quantitativo de processos do TRF-1. A instalação do TRF-6 possibilitou o atendimento exclusivo a essa alta demanda, com duplo grau de jurisdição regionalizado e uma logística processual voltada ao cidadão mineiro. Antes, partilhávamos uma estrutura gigantesca, mas não podíamos realizar ações mais estratégicas voltadas às nossas necessidades e peculiaridades regionais”, afirmou a presidente em entrevista ao **Anuário da Justiça**.

Sifuentes diz que a criação da 6ª Região teve o objetivo de, a partir de um olhar regionalizado, chegar a decisões estratégicas com foco nos cidadãos que residem em Minas Gerais.

“A instalação do TRF-6 possibilitou também maior agilidade com relação ao fechamento de parcerias com instituições locais, as quais têm sido muito proveitosas. Contamos hoje com inúmeros acordos de cooperação técnica, que formam, em essência, o que foi recomendado no planejamento estratégico para o Poder Judiciário. Acredito que o futuro da administração judiciária também passa pelo estabelecimento de parcerias”, acrescenta.

Ao **Anuário da Justiça**, desembargadores da corte falaram sobre o primeiro ano de funcionamento da 6ª Região. “O que reputo mais importante é que uma jurisprudência tipicamente mineira está se formando e isso é muito positivo pra Minas Gerais e para o Brasil”, disse André Prado de Vasconcelos, da 4ª Turma.

Para Marcelo Dolzany da Costa, da 3ª Turma, o desmembramento do TRF-1 era necessário para movimentar os processos da Justiça Federal mineira. “Processos que estavam parados há anos voltaram a ser movimentados e julgados. O atendimento a advogados e partes tem sido muito facilitado. A migração para a plataforma eproc e a automação de grande parte dos serviços com certeza contribuirão para alcançarmos a confiança dos jurisdicionados mineiros”, prevê.

O desembargador Rubens Rollo D’Oliveira, da 1ª Turma, destacou que “o TRF-6 enfrentou questões importantes que dormitavam. Em pouco mais de um ano de funcionamento, julgou milhares de processos que estavam sem perspectiva de solução no TRF-1 que, no meu entender, até hoje, mostra-se um tribunal inviável”, criticou.

O desembargador Álvaro Ricardo de Souza Cruz, da 3ª Turma, ressaltou o compromisso assumido na criação da 6ª Região de aproximar a Justiça do cidadão e de melhorar a qualidade das decisões. “É público que o tribunal herdou um vasto acervo do TRF-1, mas o mais importante é que os trabalhos têm sido realizados com grande empenho para dar solução a este volume de trabalho”, disse.

#### DEMANDAS POR RAMOS DO DIREITO

	2022 (SET-DEZ)*	2023
Direito Previdenciário	56.782	168.353
Direito Administrativo	16.741	86.806
Direito Civil	7.828	50.342
Direito Tributário	17.849	36.407
Direito Assistencial	12.308	30.169
Direito à Saúde	3.621	8.198
Direito Penal	2.716	6.868
Direito do Consumidor	1.620	5.587
Direito à Educação	858	1.197
DEMANDAS TOTAIS	123.487	400.702

\*Região criada em agosto de 2022

Fonte: BI/TRF-6 em 5/3/2024

*Uma ação pode ter uma ou mais demandas*



Para Klaus Kuschel, presidente da 2ª Turma, o maior desafio é quantitativo. “Em 2024, esperamos começar a baixar o acervo de processos recebidos por ocasião da criação do tribunal, uma vez que entendemos que a prestação jurisdicional da forma mais célere e segura possível é nosso dever e direito das partes e advogados”, finalizou.

Em 2024, o TRF-6 pretende se tornar uma corte “100% digital”. Desde dezembro de 2023, todas as unidades judiciais aderiram ao eproc, sistema criado pelo TRF-4 e atualmente usado também pela 2ª Região. Para a direção, trata-se de uma opção processual ágil e com boas funcionalidades, como a programação automática de prazos.

Em fevereiro de 2024, o Conselho Nacional de Justiça abriu procedimento administrativo e decidiu afastar temporariamente do cargo o desembargador Evandro Reimão dos Reis, integrante da 3ª Turma. O PAD, que investiga morosidade processual e conduta inapropriada com colegas de corte e servidores, foi aberto depois de correção da Corregedoria Nacional de Justiça. Ainda em fevereiro, pedido de liminar levado ao STF por Reimão foi indeferido pelo ministro Cristiano Zanin.

## ANUÁRIO DA JUSTIÇA FEDERAL 2024

11ª Edição

ISSN: 2238107-4

Número de páginas: 228

Versão impressa: R\$ 50, à venda na [Livraria ConJur](#)

Versão digital: acesso por meio do app “Anuário da Justiça” ou pelo site [anuario.conjur.com.br](http://anuario.conjur.com.br)

### Assista à cerimônia de lançamento do Anuário da Justiça:

#### Anunciaram nesta edição:

Advocacia Fernanda Hernandez  
Arruda Alvim & Thereza Alvim Advocacia e Consultoria Jurídica  
Ayres Britto Consultoria Jurídica e Advocacia  
Barroso Fontelles, Barcellos, Mendonça Advogados  
Bialski Advogados Associados  
Bottini & Tamasauskas Advogados  
Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil  
Costa & Marinho Advogados  
Décio Freire Advogados  
Dias de Souza Advogados  
D’Urso & Borges Advogados Associados  
JBS S.A.  
Machado Meyer Advogados  
Marcus Vinicius Furtado Coelho Advocacia  
Milaré Advogados  
Moraes Pitombo Advogados  
Nelio Machado Advogados  
Original 123 Assessoria de Imprensa  
Pardo Advogados Associados  
Sergio Bermudes Advogados  
Warde Advogados

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2024-jun-14/em-seu-primeiro-ano-justica-federal-da-6a-regiao-julga-400-mil-casos/>

### TEMAS MAIS DEMANDADOS

	2022 (SET-DEZ)*	2023
Aposentadoria	27.582	74.374
Correção do FGTS	1.671	43.118
Auxílio por incapacidade laboral	11.761	33.390
Auxílio assistencial	11.851	29.678
Impostos	5.656	12.969
Atualização de contas	1.816	12.572
Revisão da vida toda	1.292	11.512
Pensão por morte	3.681	9.314
Contribuições	4.514	8.091
Contratos bancários	2.348	4.843

\*Região criada em agosto de 2022

Fonte: BI/TRF-6 em 5/3/2024

*Principais temas discutidos nas ações levadas à 6ª Região*